



**Junta
de
Freguesia**

INSTALAÇÃO DOS ORGÃOS

ATA N.º 01/2017

Aos vinte seis dias de Outubro de dois mil e dezassete, pelas 21 horas, reuniu o executivo da Junta de Freguesia de São João do Campo, presidido pelo Presidente da Junta, Joaquim Dinis Pereira, a Secretária, Graça Maria Pacheco Gândara e o Tesoureiro, Lourenço Manuel da Silva Mendes Bogalho, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1. Participação do Público

O Presidente da Junta chamou a atenção de todos para o rigoroso cumprimento do disposto no art. 49º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

«A nenhum cidadão é permitido sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões a aplaudir ou reparar as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas, sob pena de sujeição à aplicação de coima de 150 até 750 pelo juiz da comarca, sob participação do presidente do respetivo órgão e sem prejuízo da faculdade ao mesmo atribuído de, em caso de quebra da disciplina ou da ordem, mandar sair do local da reunião o prevaricador, sob pena de desobediência nos termos da lei penal»

DELIBERAÇÃO 2017/001: O Executivo tomou conhecimento.

2. DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS, FUNÇÕES E PELOUROS

Nos termos dos números 2 e 3 do art. 18º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete ao Presidente da Junta distribuir os cargos, funções e pelouros pelos vogais. A não-aceitação dos mesmos constitui uma ilegalidade grave suscetível de perda de mandato.

O Presidente entende que as funções de maior responsabilidade e que exigem maior disponibilidade de tempo devem ser confiadas ao Presidente e a quem tem cargo remunerado. Os restantes vogais, até como forma de reforçar a ligação ao Executivo, devem desenvolver tarefas de menor responsabilidade e que não impliquem um contacto regular com a Junta, não devendo porém limitar-se a comparecer às reuniões. Mais disse que o



Junta de freguesia

vogal só pode praticar atos de administração ordinária ou de gestão corrente ou no âmbito de um processo de execução de deliberações do Executivo. Ou seja: os vogais não podem tomar decisões que competem à Junta como órgão colegial.

PRESIDENTE: Joaquim Dinis Pereira

- Exercício das competências próprias do art.18º, com exceção das que possam ser delegadas;
- Protocolo;
- Relações interinstitucionais;
- Ação Social;
- Educação e Juventude;
- Cultura, tempos livres e desporto
- Gestão de recursos humanos;
- Recenseamento eleitoral.

SECRETÁRIO: Graça Maria Pacheco Gândara

- Elaboração das actas das reuniões da Junta;
- Subscrição dos atestados assinados pelo Presidente;
- Execução do expediente da Junta;
- Gestão do Posto Público Internet;
- Desempenho de outras funções que lhe forem confiadas pela Junta ou Impostos por lei ou regulamento.

TESOUREIRO: Lourenço Manuel da Silva Mendes Bogalho

- Arrecadação de receitas, pagamento das despesas autorizadas e escrituração dos modelos contabilísticos da receita e da despesa;
- Preparação e apresentação do Orçamento;
- Preparação da Conta de Gerência;
- Atualização do Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais;
- Verificação e controlo da Norma de Controlo Interno do SNC-AP;
- Gestão do património da Junta.



**Junta
de
Freguesia**

De uma forma informal, consideram-se empossados dos respetivos cargos.

DELIBERAÇÃO 2017/002: O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a aludida proposta.

3. DESIGNAÇÃO DO SUBSTITUTO LEGAL

Nos termos do número 2 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete ao Presidente da Junta designar o seu Substituto Legal. Nesses termos designou a sua secretário – Graça Maria Pacheco Gândara, à qual pode incumbir:

- Substituir o Presidente da Junta nas suas faltas e impedimentos;
- Representar a Junta de Freguesia de São João do Campo na Assembleia Municipal de Coimbra e na Assembleia de Freguesia de São João do Campo, em caso de justo impedimento do Presidente da Junta;
- Participar, em representação da Junta e do seu Presidente, nos conselhos municipais existentes ou a instituir.

DELIBERAÇÃO 2017/003: O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a aludida proposta.

4. ASSINATURA DOS ATESTADOS NA FALTA DO SECRETÁRIO

O Presidente da Junta propôs que na falta do secretário os atestados sejam assinados pelo Tesoureiro.

DELIBERAÇÃO 2017/004: O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida proposta.

5. ASSINATURAS DE CHEQUES E CONTAS BANCÁRIAS

São necessárias duas assinaturas: a do Presidente e a do Tesoureiro. Na falta do Presidente, assina o Secretário.

DELIBERAÇÃO 2017/005: O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a aludida proposta.



**Junta
de
freguesia**

Original

6. HORÁRIO DE EXPEDIENTE

O Presidente da Junta propôs que o horário de atendimento ao público seja às terças e sextas das 21h às 22horas, que o horário de atendimento no posto CTT seja das 9h às 18.00horas com encerramento para almoço das 12.30h às 14.00horas, encerrando os serviços às 18.30horas, e que o horário do Posto Público Internet fosse das 9h às 19.00 horas.

DELIBERAÇÃO 2017/006: O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a aludida proposta.

7. PERIODICIDADE DAS REUNIÕES

O Presidente da Junta propôs nos termos do art. 20º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro que as reuniões se realizassem uma vez por mês, tendo ficado definido que seria *na última sexta-feira de cada mês, a partir das 22 horas*. Realizar-se-ão quinzenalmente, sempre que tal se venha a justificar, a qual será convocada pelo Presidente nos termos legais.

DELIBERAÇÃO 2017/007: O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a aludida proposta.

8. TABELAS DE TAXAS E LICENÇAS

O Presidente da Junta propôs que o valor atual e licenças se mantivessem inalterado.

DELIBERAÇÃO 2017/008: O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a aludida proposta.

9. DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS

Nos termos de Decreto – Lei nº 28/2000, de 13 de Março, as juntas de freguesia têm competência para certificar fotocópias. Por uma questão de celeridade e eficiência, o Presidente da Junta propôs que possam ser efetuadas pelas funcionárias e agentes da Junta.



**Junta
de
Freguesia**

Handwritten signature in blue ink.

DELIBERAÇÃO 2017/009: O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a aludida proposta.

10. REALIZAÇÃO DE DESPESAS

Nos termos do art.18º/1/i da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o presidente da junta pode autorizar a realização de despesas até o limite estipulado por delegação da Junta de Freguesia. O Presidente da Junta propôs o valor de 4 999 (*quatro mil novecentos e noventa e nove*) euros.

DELIBERAÇÃO 2017/010: O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a aludida proposta.

11. RECURSOS HUMANOS DA JUNTA

O Presidente da Junta deu a conhecer a todos os presentes os recursos humanos da Junta, os quais têm desenvolvido as suas funções com elevado brio profissional e que são um elemento de apoio essencial e imprescindível.

DELIBERAÇÃO 2017/011: O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a aludida proposta.

12. RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

O Presidente da Junta informou os restantes vogais da situação financeira e patrimonial da Junta, assim discriminada;

Receitas e Despesas Previstas: 163.890,67 euros

Receitas arrecadadas: 126.285,48 euros

Despesas efetuadas: 123.591,83 euros

Saldo Bancários: 16.093,73 euros

Existe um Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais devidamente atualizado.

DELIBERAÇÃO 2017/012: O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a aludida proposta.



**Junta
de
Freguesia**

Handwritten signature and initials in blue ink.

13. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

Nos termos do art.16º/1/b da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o presidente da junta propõe que seja autorizado o secretário a efetuar as alterações necessárias à boa execução do plano e orçamentos.

DELIBERAÇÃO 2017/013: O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a aludida proposta.

E não havendo mais nada a tratar, o executivo da Junta de Freguesia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos nºs 3 a 4 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretário, que a elaborei e mandei transcrever. Foi encerrada a reunião pelas 23horas e 30minutos.



**Junta
de
Freguesia**

**Editais para anunciar os dias e horas
De realização das reuniões ordinárias da junta de freguesia**

JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOÃO DO CAMPO

EDITAL

Joaquim Dinis Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de São João do Campo, do Município de Coimbra

Torna público, em cumprimento de deliberação da Junta de Freguesia na sua reunião ordinária de 26/10/2017 que, de futuro, as reuniões ordinárias deste órgão executivo, nos termos do artigo 20º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, passam a realizar-se na última sexta-feira de cada mês, a partir das 22 horas, na sede da Junta de Freguesia, sendo consideradas todas públicas, a elas podendo assistir qualquer cidadão.

Mais se informa de que, encerrada a ordem do dia, decorrerá um período de intervenção aberto ao público durante o qual lhe serão prestados os esclarecimentos solicitados, em obediência ao artigo 52º do referido diploma.

Para constar e devidos, se publica o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados à porta da sede da Junta e nos demais lugares públicos de estilo.

Junta de Freguesia de São João do Campo aos vinte seis dias do mês de Outubro de dois mil e dezassete.

O PRESIDENTE DA JUNTA

Joaquim Dinis Pereira
O SECRETÁRIO

António Pereira
O TESOUREIRO

José Manuel e P. Bogal